



The New York Times publica resposta do governo.

PIB menor

O comportamento da produção industrial, que melhorou em março, segundo dados do IBGE, continua a mostrar que o país vai crescer menos do que o governo prevê. Usando a média móvel trimestral, os números apontam para um crescimento possível do PIB de 2,7% em 2004. A produção industrial cresceu 2,1% em março em relação ao mês de fevereiro.

Pelo menos...

De acordo com o IBGE, a expansão da atividade em março foi verificada em 18 dos 23 setores pesquisados. Para o coordenador de indústria do IBGE, Silvio Sales, os dados indicam que, “no mínimo, o movimento de retração [da indústria] no início do ano foi rompido”.

O que vem por aí

No entanto, dados divulgados também ontem pela Anfavea mostram que o bom comportamento de bens duráveis captado pelo IBGE em março pode não se repetir em abril. Segundo a entidade, que reúne as indústrias automobilísticas, as vendas de veículos nacionais e importados no mercado interno caíram 18,5% em abril na comparação com março, enquanto a produção recuou 11,3%.

Petróleo

O preço do petróleo fechou ontem com forte alta nos principais mercados internacionais. Em Nova York, o preço subiu US\$ 1,13 para US\$ 40,06 o barril para entrega em junho — cotação que não se via desde outubro de 1990.

É a “marvada”...

O jornal norte-americano The New York Times publicou ontem, em seu site, a íntegra da carta enviada ao diário pelo embaixador brasileiro em Washington, Roberto Abdenur, em resposta à reportagem veiculada no domingo ligando o presidente Luiz Inácio Lula da Silva a suposto abuso alcoólico.

Na carta, o embaixador classifica a reportagem de “ofensiva” e “totalmente infundada”. Afirmar ainda que “o prestígio pessoal do presidente Lula, que tem origem num país em desenvolvimento, acaba gerando todo tipo de reação, muitas delas dirigidas para a diminuição do brilho da sua liderança”.

Sem ofensa...



Uma pergunta que não tem nenhuma intenção de ofender Lula nem seu governo: por que a resposta a um simples jornal foi dada por meio do Itamaraty? Governos se reportam a governos, não a jornais, e só quando são tratadas questões de Estado. No caso, caberia um desmentido do governo brasileiro dirigido ao jornal, mas feito pelo porta-voz da Presidência, por um departamento de comunicação do Planalto. Não pelo embaixador brasileiro em Washington.

Enquanto isso...

O ministro Antonio Palocci (Fazenda) e o secretário da Receita, Jorge Rachid, apresentaram ontem ao presidente da CUT, Luiz Marinho, proposta para o reajuste da tabela do Imposto de Renda. Segundo Marinho, o governo condicionou a correção à criação de novas alíquotas, que variariam de 5% a 30%. As mudanças, no entanto, só seriam válidas a partir de 2005. Em princípio, a CUT disse ser contra a proposta e afirmou que continuará a pressionar o governo.

Assim falou... Paulo Pereira da Silva

“Estarrecidos diante de tal arbitrariedade (...), só nos resta questionar: será que essa reunião vai resultar em benefício aos trabalhadores? Não será um acerto de compadres?”

Do presidente da Força Sindical, reclamando que o governo está negociando com a CUT, central alinhada ao PT, a correção da tabela do Imposto de Renda, sem consultar a Força Sindical.

A guerra dos juros

O mercado corrigiu ontem posições assumidas nos últimos três dias úteis, de forte turbulência internacional, mas está operando em novo patamar. Os juros no mercado futuro da BM&F, nos contratos de mais longo prazo, se mantiveram em índice maior do que a atual taxa-Selic, de 16% ao ano.

Os contratos com vencimento em janeiro, por exemplo, que são os mais negociados, projetaram taxa de 16,54% ao ano. Também a taxa de risco manteve-se acima dos 700 pontos básicos — fechou em 746 pontos (-6,51%).

O dólar acabou cotado a R\$ 3,076 (-2,03%), considerado um nível incômodo para o cumprimento da meta de inflação deste ano, de 5,5%. Por causa do risco elevado e, principalmente, do dólar valorizado e da elevação dos preços do petróleo, há diretores do Banco Central que já defendem um aumento do juro básico da economia na próxima reunião do Comitê de Política Monetária, na semana que vem, ou pelo menos a manutenção da atual taxa-Selic. Isso em detrimento da posição do Planalto, que gostaria da continuidade do processo de redução da Selic para ajudar na recuperação da economia num ano de eleições e numa fase de forte desgaste político do governo Lula.

Date Created

12/05/2004